



LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO UFSC: APRENDIZADOS DA ITINERÂNCIA E DA ALTERNÂNCIA

Beatriz Bittencourt Collere Hanff¹
Thaise Costa Guzzatti²
Rafael da Silva Cezar³

RESUMO

O trabalho busca refletir sobre os quinze anos do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina, sobretudo sobre aspectos positivos e gargalos de dois diferenciais: a alternância e itinerância. O curso, apesar de estar sediado na Capital, Florianópolis, passou a atuar de forma itinerante, formando turmas em diferentes territórios de Santa Catarina, sempre de forma presencial. Além disso, adotou a pedagogia da alternância, a qual acontece através de "momentos" pedagógicos que interagem – chamados de "Tempo Universidade" e "Tempo Comunidade", os quais visam envolver o estudante num processo educativo uno, que articula a experiência acadêmica propriamente dita, com a experiência de trabalho e vida no seio da comunidade onde vive. Para realização da pesquisa, que teve caráter eminentemente qualitativo, realizou-se uma revisão bibliográfica, consultando artigos, capítulos de livros e trabalhos de conclusão de alunos que passaram pela licenciatura, além da realização de entrevistas com professores e egressos. Conclui-se que estes aspectos tornaram o curso mais democrático e acessível. Possibilitaram que muitos jovens e adultos que não teriam condições de acessar um curso superior pudessem se formar, muitos deles conciliando a educação com suas atividades agrícolas. A alternância permitiu a criação de vínculos mais

³ Mestre em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina e Licenciando em Educação do Campo e bolsista do Pet Educampo - UFSC, rafscezar@gmail.com;

























¹ Doutora pelo Educação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, bcollere@gmail.com;

² Doutora pelo Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, thaise.guz-zatti@ufsc.br;



profundos dos educandos com suas comunidades e, principalmente, que refletissem sobre a realidade de forma mais crítica e propositiva. A Universidade, por outro lado, se engrandeceu com cada turma e cada realidade vivenciada. No campo das dificuldades, os custos e a disponibilidade dos educadores no deslocamento foram (e são!) fatores limitantes.

Palavras-chave: Educação do Campo, Itinerância e pedagogia da alternância.



























INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de refletir, problematizar e avaliar as diferentes estratégias que o curso de licenciatura em Educação do Campo, na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina vem lançando mão para aproximar os trabalhadores rurais do ensino superior.

A primeira se refere a interiorização de turmas, chamadas Itinerantes ou "Mambembe". No curso, desde 2009, convive-se com a diversidade de territórios e sujeitos que buscam acessar a licenciatura em Educação do Campo. A interiorização das turmas a partir do ano de 2011, foi a forma encontrada de levar, diretamente aos sujeitos que dele necessitam, e que, pela centralidade litorânea e urbana do seu campus universitário, acompanha o esforço, nem sempre efetivo dos estudantes provenientes de áreas rurais, ribeirinhas, assentamentos, acampamentos, quilombos e aldeias indígenas, em permanecer.

Segundo, os diferentes modos que o curso vem encontrando de organização em alternância - momentos pedagógicos que interagem, chamados de Tempo Universidade e Tempo Comunidade, os quais visam envolver o estudante num processo educativo integrado, que articula a experiência escolar com o trabalho e a vida na comunidade.

A pesquisa desenvolvida tem caráter eminentemente qualitativo. Para isso, foi realizada revisão bibliográfica em artigos, capítulos de livros e trabalhos de conclusão de curso de estudantes que passaram pela licenciatura. Também, utilizou-se de entrevistas com professores, estudantes e egressos, de cada uma das turmas, compiladas do registro dos 10 anos do curso.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo foi pensado e implantado pela SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, em 2007, como resultado de uma política pública de equidade. A gênese dos cursos de formação docente se encontra nas ações desenvolvidas pelos diferentes movimentos sociais que lutam pelo direito dos sujeitos do campo (agricultores familiares rurais, ribeirinhos, acampados e assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, ...), pela conquista de uma política pública de acesso à educação, e por uma escola vinculada a luta de classes nos territórios onde estão esses sujeitos. A implantação nacional se deu em quatro instituições, por meio de projeto piloto, nas universidades de Minas Gerais, Brasília, Bahia e Sergipe.

























Em 2008, por meio de Edital específico, outras 22 instituições ampliaram a oferta no território nacional. Como requisito à implantação estava a formação em pelo menos, duas áreas de conhecimento (i - Linguagens e códigos; ii - Ciências Humanas e Sociais; iii - Ciências da natureza e Matemática; iv - Ciências Agrárias); a alternância como princípio básico, e articulação entre o conhecimento científico e os saberes populares, em cursos presenciais (Brasil, MEC, 2008). Na UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, o curso teve início em 2009, aprovado institucionalmente como curso regular (segundo curso aprovado nacionalmente) e também selecionado no Edital referido anteriormente.

No projeto aprovado em 2009 optou-se por uma ênfase que integrava as áreas de Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Agrárias. Essa escolha foi pautada no escasso número de professores que possuíam formação em Física, Química, Biologia e Matemática, no estado de Santa Catarina, e que atuavam em territórios considerados rurais. Também, porque o Centro de Ciências da Educação, na UFSC, era referência nacional na formação de professores na área de Ciências da Natureza, com acúmulo nos estudos e pesquisas relacionados à concepção freiriana para o ensino de Ciências. (Munarim, et al., 2021)

O curso teve seu início em agosto de 2009. A primeira turma foi composta, parte por professores de escolas sem formação específica, atuantes nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e sindicatos rurais, agricultores e residentes em áreas rurais, quilombolas, e parte por estudantes sem nenhuma identidade com o curso. A segunda turma acabou tendo a mesma composição da 1ª turma. Parte dos estudantes deslocavam-se durante o período das aulas para Florianópolis.

Sem dúvida a demanda pelo curso se apresentava significativa, no entanto, os deslocamentos, a distância do campus universitário dos territórios rurais, e a não liberação de estudantes que já atuavam como professores, foram algumas das razões para a desistência de parte dos estudantes.

DA BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA A PERMANÊNCIA À CONSOLIDAÇÃO PEDAGÓGICA

Após longo debate no coletivo de docentes do curso, a busca de alternativas à permanência dos estudantes resultou na implantação de turmas itinerantes, carinhosamente chamadas de "mambembe", e ofertadas, a cada ano, em muni-

























cípio catarinense, escolhido por uma comissão de docentes após levantamento de informações sobre territórios potenciais. Além do Tempo Comunidade, o Tempo Universidade também passou a ser oferecido no município escolhido, melhorando de forma significativa o acesso e a permanência no curso.

Sem dúvida, essa estratégia demandou um esforço a mais dos professores já que precisariam deslocar-se para os territórios, não somente para acompanhar o Tempo Comunidade, mas também para ministrar aulas no território escolhido. Passou-se a estabelecer parcerias com prefeituras, sindicatos, instituições de ensino, movimentos sociais organizados, associação de agricultores e instituições religiosas. Em cada um desses territórios os Tempos Universidade foram definidos mediante interlocução no território para atender a disponibilidade dos possíveis estudantes. A estratégia que, inicialmente, foi usada para dar solução à dificuldade de permanência dos estudantes ainda é o procedimento adotado para definição de cada nova turma no curso.

A terceira turma, primeira itinerante, foi implantada no Planalto Norte Catarinense, com aulas no município de Canoinhas. Aceitaram o desafio os docentes do curso e cinquenta estudantes oriundos de Canoinhas e de outros onze municípios do entorno. Para isso, estabeleceu-se parceria com a Igreja Católica que possuía um prédio com alojamento, refeitório e um auditório. As aulas passaram a ser ministradas no IFSC – Instituto Federal Catarinense, recém iniciado no município, como parte da política de interiorização dos Institutos Federais. As parcerias costuradas mostraram o acerto na escolha pela interiorização de turmas, na proximidade com o território, a possibilidade da alternância quinzenal, e disponibilidade de alojamento, alimentação e espaço para estudo. Semestralmente um professor ou professora do curso assumiu o compromisso de coordenar a turma e permanecer durante a semana no território para organização e articulação das atividades enquanto espaço de extensão da UFSC (Britto; Borges, 2021).

A chegada de mais professores à UFSC, o uso metodológico da alternância e a necessidade de praticar o descrito teoricamente no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso – formação por área de conhecimento, articulação dos conhecimentos acumulados cientificamente e os saberes populares, e a proposta de um trabalho coletivo, - se constituiu na sua consolidação pedagógica. Foi um período produtivo de discussões sobre a proposta pedagógica do curso, no mesmo momento em que se experimentam as aulas e o Tempo Comunidade.

Para Britto e Borges,























(...) o planejamento coletivo era uma prática necessária no cotidiano educativo do curso. Desse modo, a atuação na turma de Canoinhas nas disciplinas compartilhadas demandou do grupo de professor@s encontros sistemáticos de planejamento de estudos, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas, algo que foi favorecido pelo deslocamento para o TU e a permanência em Canoinhas hospedados no mesmo local. Tais condições foram marcadores importantes nessa turma – tanto aos estudantes (...) quanto aos docentes -, compreendendo que a prática educativa coletiva é um modo de transpor a organização disciplinar do conhecimento para uma forma interdisciplinar (...) ao mesmo tempo em que qualificaram o Projeto Político Pedagógico do curso (...). (Britto; Borges, 2021, p. 83).

O relato da experiência do professor Borges (2021) junto a turma de Canoinhas demonstra o impacto que a proximidade com o território e com o trabalho coletivo tiveram na identificação dos docentes com o curso. Afirma ele que "embora já tivesse experiência com assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, trabalhar diretamente com a formação de professores na licenciatura em Educação do Campo era um desafio inimaginável" (Borges, 2021, p. 84-86), pelas reflexões coletivas que levaram a construção de um trabalho interdisciplinar, a vivência entre realidades sociais e ambientais tão distintas, a construção de uma formação por área do conhecimento e a aproximação das escolas onde eram realizadas as vivências e os estágios buscando a superação do caráter disciplinar.

Segundo a Professora Neli Britto, "a potencialidade da iniciativa dessa primeira turma "Mambembe" foi explicitada pela permanência (...) de 31 estudantes, evidenciando uma evasão de 30% (...) em comparação a evasão de 70% nas turmas (...) em Florianópolis". (Britto; Borges, 2021, p. 89). Para a estudante Visniévski (2021, p.180) "Essa turma teve como diferencial e pioneirismo a proposta de interiorização/regionalização, com o intuito de aproximação da proposta do curso com a realidade vivenciada (...) com o campo".

Em 2013, o descontentamento com as viagens por parte de alguns professores que mantinham ligações com a reitoria recém-eleita, impediram a continuidade de abertura de turmas itinerantes por um período de dois anos. Pensada no mesmo formato das 1ª e 2ª turmas - Tempos Universidade em Florianópolis e Tempos Comunidade nos municípios do território do Vale do Contestado, teve início em 2014 a "Turma Contestado", com sujeitos provindos dos municípios de Caçador, Campos Novos, Correia Pinto, Curitibanos,

























Fraiburgo, São José do Cerrito, Videira, Lebon Régis, Salto Veloso, Frei Rogério e Timbó Grande. Compuseram a turma 32 estudantes, na sua maioria originários dos onze municípios do Vale do Contestado. Entretanto, em menos de um ano a turma estava restrita a apenas 6 estudantes. Sem dúvida, os fatores que levaram a estratégia de interiorização do curso foram os mesmos que impediram a permanência dos estudantes, agravados pela falta de alojamento em Florianópolis e recursos. Após o período de dois anos, o processo de interiorização de turmas foi retomado.

Até este momento, 2024, já foram implantadas quinze turmas no curso, sendo oito interiorizadas. Cada uma dessas turmas possui particularidades que as diferenciam, como características específicas que compõem cada território e os sujeitos que aderiram ao curso. São essas especificidades que determinam a organização da alternância, tanto do Tempo Universidade, quanto do Tempo Comunidade. A estratégia de interiorização se expandiu para os municípios de Santa Rosa de Lima (2012), Rio Negrinho e Mafra (2016), Alfredo Wagner (2017), Fraiburgo (2019), Canoinhas (2021 e 2022) e Imaruí (2024) (Figura 1).

Porto Ueião
Porto Ueião
Porto Ueião
Porto Ueião
Papanduva
São Bento
do Sul
Major Vieira
Raiópolis
Raiópolis
Rio do Sul
Rio

Figura 1 – Turmas Itinerantes do Curso de Educação do Campo em Santa Catarina

Fonte: Elaboração própria, 2024.

























A ORGANIZAÇÃO EM ALTERNÂNCIA: UM PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE E DISCENTE.

Segundo Nascimento (2005), a Pedagogia da Alternância surge na Europa, durante o período da primeira Guerra Mundial, com o processo de crescente industrialização e migração do campo para os espaços urbanos, gerando crise, principalmente nas pequenas propriedades rurais. Especificamente na França, um grupo de agricultores, movido pelo crescente desinteresse dos filhos pela escolarização, fundaram as Casas Famílias Rurais (Maisons Familiales Rurales), com estrutura mais flexível e alternando períodos de uma escolaridade humana e técnica, mais próxima da realidade do campo, e períodos das tarefas na propriedade.

Na Itália, ocorre um movimento similar das Casas Familiares e ele irá inspirar o surgimento da primeira experiência brasileira na década de 1960, no estado do Espírito Santo. Segundo Zamberlan (2023, p. 30) "As escolas-família, no Espírito Santo, desde o começo possuíam aspectos pedagógicos oriundos das CFR francesas, e estrutura político administrativo, em parte 'herdada' do Movimento das Escolas-Famílias Rurais" - SFR-Scuole Famiglie Rurali. Na Educação do Campo, a alternância foi sendo incorporada das Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância para as atividades educativas desenvolvidas nos movimentos sociais, no programa Saberes da Terra e na proposta inicial para os cursos de Licenciatura em Educação do Campo.

A pedagogia da alternância foi sendo adaptada na Educação do Campo e mais do que uma estratégia metodológica, foi se constituindo em desafio reflexivo, articulado entre os Tempos Universidade e Comunidade - um dos princípios basilares na formação do sujeito, que irá ao longo do percurso se construindo em um educador. É uma estratégia para o desenvolvimento de uma formação integrada entre os saberes populares e os conhecimentos científicos, em realidades sócio históricas aparentemente contraditórias, entre campo e urbano.

No Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo é possível observar a definição e a importância da pedagogia da alternância. Segundo o documento,

> (...) a Pedagogia da Alternância fortalece a relação teórico--prática, organizando o tempo da aprendizagem em dois diferentes espaços/tempos: o tempo escola/universidade e o Tempo Comunidade. Em outras palavras, articula os tempos de

























ensino-aprendizagem no contexto universitário com o tempo de inserção nos processos formativos do trabalho e da experiência, nos contextos territoriais em que os estudantes habitam/atuam. Trata-se, de fato, de uma perspectiva de práxis na formação de professores. Na Pedagogia da Alternância, a organização dos tempos educativos do Curso se dá em "momentos" pedagógicos (...) para envolver o educando num processo educativo uno, que articula a experiência acadêmica (universitária) propriamente dita, com a experiência de trabalho e vida no seio da comunidade onde vivem os sujeitos do campo. Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC) estão imbricados, já que são formas metodológicas de interlocução sobre os mesmos temas. (UFSC, 2022, p. 32)

A Pedagogia da Alternância possibilita a "permanência da classe trabalhadora na universidade, na medida em que busca conciliar trabalho e estudo, respeitando o tempo de trabalho dos agricultores, camponeses, indígenas e quilombolas" (UFSC, 2022, p. 32), se colocando na contramão do que habitualmente se observa nas escolas de educação básica e em outros cursos de ensino superior – horários pré-determinados que desconsideram a realidade sócio econômica dos estudantes. A reorganização dos espaços pedagógicos permite ao trabalhador-estudante o acesso e permanência.

Uma das maiores contribuições da alternância, está na articulação que vai se construindo,

(...) a cada semestre letivo e ao longo de todos os quatro anos do currículo, combinada com a "territorialização" ou formato "mambembe", têm sido o diferencial da EduCampo-UFSC no âmbito das Licenciaturas, inclusive daquelas em Educação do Campo. O que se constata é que essas opções resultaram em um expressivo reconhecimento pelas redes de ensino, que consideram sua pertinência, a mobilização que realiza e a integração que promove com o território e com as escolas. (Hanff, 2021, p. 290).

Por outro lado, permite maior ligação do estudante com a realidade social e institucional do campo. A alternância, neste sentido,

possibilita que ele parta das experiências de formação na comunidade, no trabalho, no município ou no território em que vive/ atua e na escola onde realizará os Tempos Comunidades, suas Vivências e Estágios. Esse formato exige a construção de projetos que viabilizem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio da estruturação de um currículo que articule

























teoria e prática na alternância e que relaciona trabalho e educação com conhecimento escolar - A prática efetiva e contínua em Alternância no curso de Educação Superior. (UFSC. 2022, p.291)

As diferentes combinações, além de auxiliar na permanência dos estudantes, lhes possibilita um "re-olhar" a respeito do território onde nasceu, trabalha e estabelece relações, e que afirma conhecer. Aos poucos as "lentes" ofertadas para a leitura possibilitam desvelar uma realidade oculta e subjetiva sobre esses espaços sócio-econômicos-educativos, e a estabelecer reflexões e conexões entre o real, o pensado e o cotidiano de cada um.

No primeiro ano, a ênfase do Tempo Comunidade, compreendido pelas disciplinas de Vivências Compartilhadas, é o município/localidade e o produto esperado é um diagnóstico do mesmo. No segundo ano, o foco de observação é a escola. No terceiro e quarto anos, o TC prioriza a experiência docente, que busca os aspectos da realidade da comunidade e que servem como mote para preparação das aulas e exercício da docência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, na área de CNM. As disciplinas que compõem o Tempo Comunidade foram pensadas de forma integrada e constituem o processo de leitura da realidade do campo, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão. (UFSC, 2022, p.48-49).

Para Gimonet (2004, p.7)

(O plano de Estudo) é o meio e a oportunidade de observações, de pesquisas, de discussões e de reflexões com os atores do meio, mas também de expressão oral, escrita, gráfica. Ele é o instrumento essencial para captar a cultura na qual vive o jovem, pegar-lhe os componentes, as riquezas, os limites para interpelar as práticas existentes, até mesmo as rotinas, o que em seguida, pode iniciar às vezes, graças às tomadas de consciência, mudanças e desenvolvimento. Não se trata de um mero instrumento de pesquisa monográfica, mas de um instrumento chave de aplicação, de poder e de cultura se conseguirmos dar-lhe as dimensões que requer.

A cada semestre, nos dois primeiros anos do curso, os planos de estudo orientam o desenvolvimento das pesquisas no Tempo Comunidade. Esses planos envolvem a caracterização sócio-econômica-educacional dos territórios, dos sujeitos; e as problemáticas e desafios existentes nos municípios. Também, são realizados encontros de socialização das informações coletadas, que se caracterizam em "colocações em comum" que promovem a reflexão sobre as

























informações coletadas. Elas ocorrem, sistematicamente, nos dois primeiros anos do curso. Com base nessas reflexões é que se organizam as próximas etapas do Tempo Comunidade.

Ela permite introduzir a troca e a confrontação no seio de um grupo de pares com todos os efeitos que isto subentende. Ela dá poder a cada um e ao grupo. Ela é uma oportunidade de efetiva cooperação. Ela é, por excelência, uma atividade de socialização. Constitui assim, do ponto de vista da gestão pedagógica, a atividade dobradiça entre os campos de vida e dos saberes diferentes. (Gimonet, 2004, p.7).

A organização em alternância prescinde do conhecimento do território de origem dos estudantes, das suas relações com trabalho, com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, além do grau de inserção social e política destes em suas comunidades. No curso da UFSC a alternância foi, e ainda está sendo compreendida e construída a cada turma, a cada território, nas relações estabelecidas entre os conhecimentos acumulados historicamente e os saberes populares; e possui uma variada organização já que a composição das turmas no curso também se dá de formas muito diversas. É possível observar, no quadro a seguir, como foram organizadas as alternâncias de cada turma em termos de tempo e espaço.

Quadro 1 - Descrição do território das turmas, dos estudantes e do tempo da alternância

Ano	Local da Turma	Alternância – Tempo Universidade	Alternância – Tempo Comunidade	Perfil dos Estudantes
2009 (agosto)	Florianópolis	30 dias consecu- tivos no campus universitário	30 dias consecutivos em municípios rurais	Professores; participantes de movimentos sociais, organi- zações da sociedade civil e sindicatos rurais; agricultores e residentes em áreas rurais, quilombolas. 50% urbanos
2010 (agosto)	Florianópolis	30 dias consecu- tivos no campus universitário	30 dias consecutivos nos municípios rurais	50% agricultores familiares, quilombolas, de movimentos sociais. 50% urbanos
2011 (agosto)	Canoinhas	15 dias no municí- pio de Canoinhas - IFSC	15 dias consecutivos nos municípios de origem dos estu- dantes no território.	Jovens agricultores familiares

























Ano	Local da Turma	Alternância – Tempo Universidade	Alternância – Tempo Comunidade	Perfil dos Estudantes
2012 (agosto)	Santa Rosa de Lima	15 dias no municí- pio de Canoinhas - IFSC	15 dias nos muni- cípios de origem dos estudantes no território.	Jovens agricultores familiares
2014 (janeiro)	Florianópolis Contestado	30 dias consecu- tivos no campus universitário	30 dias consecutivos nos municípios rurais	Estudantes e filhos de produ- tores rurais
2015	- Florianópolis Litoral I	15 dias consecu- tivos no campus universitário	15 dias consecutivos nos municípios da GrandeFlorianópolis	Estudantes e filhos de produ- tores rurais
2016	Rio Negrinho e Mafra	Sextas e sába- dos alternados e períodos concen- trados (janeiro e julho) no campus universitário	Turno diurno nos municípios de ori- gem dos estudantes	Professores e trabalhadores do comércio e indústria
2017	Alfredo Wagner	Noturno, de segunda à sexta-feira	Turno diurno nos municípios de ori- gem dos estudantes	Jovens agricultores familiares agroecológicos, professores, funcionários públicos e tra- balhadores do comercio
2018	Florianópolis Griô	Noturno de segunda a quinta-feira.	Sextas-feiras	Estudantes e trabalhadores urbanos
2019	Fraiburgo	Inicialmente 15 dias consecutivos no assentamento em Fraiburgo. Após pandemia 30 dias consecu- tivos no campus universitário	Inicialmente 15 dias consecutivos no assentamento em Fraiburgo. Após pandemia 30 dias consecutivos no assentamento.	Filhos de assentados e acampados
2020	Florianópolis Girassol-	Inicialmente 15 dias consecutivos no campus uni- versitário. Turma pandemia	Inicialmente 15 dias consecuti- vos em espaços rural-urbano em Florianópolis	Estudantes, indígenas e trabalhadores urbanos
2021	Canoinhas	Sextas e sába- dos alternados e períodos concen- trados (janeiro e julho) no campus universitário	Turno diurno nos municípios de ori- gem dos estudantes	Estudantes, professores, funcionários públicos e tra- balhadores do comercio























Ano	Local da Turma	Alternância – Tempo Universidade	Alternância – Tempo Comunidade	Perfil dos Estudantes
2022	Canoinhas	Sextas e sába- dos alternados e períodos concen- trados (janeiro e julho) no campus universitário	Turno diurno nos municípios de ori- gem dos estudantes	Estudantes, professores, funcionários públicos e tra- balhadores do comercio
2023	- Florianópolis Arandu Garapuvu	Turma matutina de segunda a sábado	Dois dias consecu- tivos a cada 15 dias, incluídos no turno matutino (quinta e sexta)	Quilombolas, indígenas, estudantes e trabalhadores urbanos
2024	lmaruí	Noturno, segunda à sexta-feira.	Diurno	

TU em Florianópolis, e TC nos territórios rurais;

Turmas itinerantes: TU e TC nos territórios rurais

() TU e TC em Florianópolis.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Sistematizar e observar as diferentes formas de organização temporal e pedagógica em alternância, permitiu estabelecer três categorias/grupos, identificados no quadro anterior por cores, e refletir, o quanto, apesar dos esforços do coletivo docente e discente, houve aproximação ou distanciamento do que, teórica e cotidianamente, projeta-se sobre o desenvolvimento dos processos em alternância. A seguir descreveremos aspectos analisados nas três categorias.

1 TURMAS COM TEMPO UNIVERSIDADE NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO EM FLORIANÓPOLIS, E TEMPO COMUNIDADE NOS TERRITÓRIOS RURAIS

Compreende o conjunto de quatro turmas nos períodos 2009 - 2010, e 2014 – 2015. Essas turmas guardavam especificidade de composição com sujeitos oriundos de territórios rurais. Para isso, a divulgação de acesso ao curso foi feita, prioritariamente, em municípios com características socioeconômicas do campo. Jovens que exerciam atividades nas pequenas propriedades da agricultura familiar, assentados, acampados, quilombolas e interessados que residiam em territórios essencialmente rurais.

























A primeira turma (2009) possuía parte de sujeitos oriundos do campo e parte urbanos. Compunham essa turma produtores familiares rurais, professores de assentamentos e acampamentos, quilombolas, atuantes de ONGs, e interessados sem nenhum vínculo com o campo e que também desconheciam a especificidade do curso.

Inicialmente a alternância estava definida com três períodos a cada semestre, a saber: TU – TC – TU, cada um deles com 45 dias. No entanto, logo percebeu-se que nem os estudantes- trabalhadores que tinham atividades nas propriedades familiares rurais e nem os professores que atuavam em escolas do campo conseguiam permanecer tanto tempo afastados de seus municípios. Assim o tempo de alternância foi reduzido para 30 dias.

A definição dos locais onde seriam desenvolvidos os Tempos Comunidade se deu pela caracterização territorial (ser do campo), pela facilidade de acesso dos estudantes, e a existência nos locais de organizações dos movimentos sociais, sindicais e de bairros. Portanto, os grupos foram organizados de modo que aqueles estudantes que não possuíam nenhuma familiaridade ou experiência no campo eram acolhidos no grupo e seguiam os residentes de áreas rurais.

Mesmo aqueles estudantes que tinham um território de referência podiam optar por integrar outros grupos. A estudante Leila relata que a sua primeira experiência de vivência se deu em um assentamento da Reforma Agrária, junto com outros estudantes assentados e destaca que, "pude conhecer mais sobre quem são esses sujeitos do campo e o que move a luta pelo direito à terra, à saúde e à educação". (Sagae; Paiter, 2021, p. 68). Para ela, a experiência foi uma etapa importante de transição que antecedeu a vivência no seu próprio município.

Depois se seguiu o TC no meu município de origem. (...) foi o momento de olhar para o lugar onde sempre morei e perceber as problemáticas que permeavam a nossa vida enquanto sujeitos. Ampliar a compreensão nem sempre é fácil, pois, depois de perceber o que nos cerca, é difícil não querer de alguma forma contribuir para a mudança. (Sagae; Paiter, 2021, p. 68).

A segunda turma (2010) trouxe para a universidade uma grande diversidade de sujeitos de territórios espalhados em todo o estado de Santa Catarina. Mais de dez municípios estavam representados por seus estudantes. A outra parte da turma era composta daqueles que minimamente tinham alguma informação sobre o curso, mas também por aqueles que não tinham ideia do curso

























que haviam optado e apenas viam no acesso, a oportunidade de entrar num curso de ensino superior, em uma "universidade federal". Assim, não bastava coletar informações para organização do Tempo Universidade e do Tempo Comunidade, era preciso "convencer" alguns estudantes sobre a importância de formar docentes, e a necessidade de realizar o TC em áreas/escolas no campo. De cinquenta estudantes, cerca de vinte concluíram, todos originários de espaços rurais.

Os espaços das aulas e do Tempo Comunidade foram estruturados alternando TU – TC – TU, com duração de 30 dias. Da mesma forma que a 1ª turma, os grupos foram organizados para atuação em áreas quilombolas, espaços ribeirinhos, propriedades da agricultura familiar, com planos de trabalho relacionados a políticas socioeconômicas, ambientais e educacionais.

A turma Contestado (2014), como já exposto anteriormente, foi estruturada nos mesmos moldes das 1ª e 2ª turmas. Embora tenha arregimentado um grande número de estudantes, não conseguiu garantir suas permanências. Após um ano, somente cinco estudantes dos municípios de Curitibanos, Timbó Grande, Fraiburgo e Frei Rogério, e um estudante de Florianópolis continuavam no curso.

Embora poucos tenham permanecido, por meio da auto-organização, construíram um grupo coeso que aderiu às organizações e movimentos sociais ligados às lutas do campo. Se constituía em um Tempo Comunidade vivido em paralelo.

A turma de 2015, Litoral I, incorporou esse nome porque representava o foco na divulgação das vagas entre municípios litorâneos do Estado de Santa Catarina. No entanto, apenas dois municípios com essas características enviaram estudantes. Os demais estavam divididos entre estudantes originários do território da grande

Florianópolis: Anitápolis, São João Batista, Rancho Queimado, Águas Mornas, Palhoça, Ibirama; dois estudantes de outros estados, e outros de Florianópolis.

A temporalidade quinzenal do Tempo Universidade, intercalada pelo Tempo Comunidade, era possível pela curta distância entre Florianópolis e os demais municípios. Caracterizavam-se por espaços rural-urbanos com inúmeras contradições e que renderam reflexões importantes para o planejamento das atividades nos dois primeiros anos, e nos dois últimos com os estágios.























2 TURMAS ITINERANTES, COM TEMPO UNIVERSIDADE E TEMPO COMUNIDADE NOS TERRITÓRIOS RURAIS, E PERÍODOS CONCENTRADOS NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO EM FLORIANÓPOLIS.

Como já afirmado anteriormente, a dificuldade de permanência dos estudantes, do campo ou urbanos, levou a uma estratégia de criação de turmas interiorizadas. Essas turmas agregam alguns fatores que possibilitam uma melhor fluência entre o Tempo-Universidade e o Tempo- Comunidade, quais sejam: proximidade com a realidade do campo, maior unidade e identidade com as problemáticas locais que facilita a construção de projetos coletivos.

A terceira turma do curso, foi a primeira turma itinerante implantada no município de Canoinhas, situado no Planalto Norte Catarinense, e possuía um perfil mais próximo do desejável. Foi composta por estudantes oriundos de onze municípios situados no entorno do município de Canoinhas, que distavam de 2 a 100 km, muito diferente do corrido com as 1ª e 2ª turmas, cuja distância entre os municípios de origem dos estudantes e o local do Tempo Universidade (Florianópolis) varia de 30 a 400 km. Essa proximidade facilitou os deslocamentos dos estudantes e também dos professores que necessitavam realizar o acompanhamento. A organização em alternância se deu em blocos de Tempo Universidade e Tempo Comunidade quinzenais. A cada semestre haviam cinco Tempos Universidade e quatro Tempos Comunidade.

As turmas quando organizadas nos territórios permitem maior coesão do perfil dos estudantes e maior facilidade em definir os períodos e o formato em alternância. Já, nas turmas situadas no campus universitário, em Florianópolis, há uma pré-suposição do perfil dos sujeitos e o arranjo vai se fazendo durante o andamento do curso. Sem dúvida, essa é uma das maiores dificuldades encontradas por mais que o processo seletivo para entrada no curso seja específico, não há como ter controle de como se dará a composição dessas turmas.

É preciso destacar que, no curso, desde as primeiras turmas, os docentes não só ministravam as aulas, mas também acompanhavam o Tempo Comunidade em todos os territórios. Para eles, esse acompanhamento revelou-se um processo formativo, de imersão na realidade do campo e permitiu significativo avanço na compreensão do curso, das realidades dos seus sujeitos, e da reorganização do próprio projeto pedagógico.























Para a professora Neli, o desenho curricular em alternância em Canoinhas e municípios próximos propiciou a ampliação das discussões sobre a área de Ciências da Natureza e Matemática e a

criação de espaços de interlocução coletiva aos docentes atuantes no curso, no sentido de favorecer aos professor@s a atualização, planejamento e estudos para conhecer o contexto do campo e dos municípios de origem d@s estudantes e assim tomar decisão sobre conhecimentos científicos e tecnológicos necessários e adequados à compreensão e apreensão crítica sobre a realidade daqueles estudantes do campo. (Britto; Borges, 2021, p. 79)

A quarta turma (2010), segunda interiorizada, foi implantada no território das Encostas da Serra Geral, com aulas no município de Santa Rosa de Lima e Tempo Comunidade em oito municípios do entorno. A maioria dos estudantes eram jovens agricultores em pequenas propriedades familiares. Muitos eram filiados à Associação de Agroturismo Acolhida da Colônia, destinada a prestação de assessoria técnica aos agricultores nas áreas de agroturismo e agroecologia. A Associação foi o elo articulador da implantação da turma nesse território e apresenta em seus objetivos a oferta de alternativas para permanência dos moradores nas áreas rurais. (Acolhida, 2024)

As aulas e os Tempos Comunidade foram organizados em alternância quinzenal. No entanto, ao invés das aulas diurnas, como em Canoinhas, as aulas foram organizadas, a pedido dos estudantes, nos turnos vespertino e noturno. O turno da manhã era destinado aos estudantes exercerem suas atividades nas propriedades, escolas, comércio ou setor de serviço. Após cada Tempo Universidade os estudantes retornavam a seus municípios para realização do Tempo Comunidade, sendo que a maioria era do município de Santa Rosa de Lima que sediava o TU.

Como já destacado anteriormente, nos dois primeiros anos da turma foi sendo construído o diagnóstico das condições sócio econômicas, culturais e educacionais do território. As informações acumuladas serviram de base, no terceiro e quarto anos do curso, para o desenvolvimento das ações de estágio nas escolas, nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os estágios foram desenvolvidos em escolas de Educação básica em cada um dos municípios "por área do conhecimento, de forma coletiva, interdisciplinar, e contextualizado com as questões do campo". Também se buscou aporte teórico e metodológico na Abordagem temática Freireana pautada na seleção de temas significativos,

























"Os temas selecionados apresentam um problema de enfrentamento e o estudo da temática possibilita ao aluno a tomada de consciência acerca da sua realidade com vistas à transformação" (Wagner; Halmenschlager, 2021, p. 199)

É preciso destacar que o município de Santa Rosa de Lima, na década de 90, anteriormente à chegada do curso de Educação do Campo, optou pelo fechamento e nucleação de todas as escolas situadas no interior do município e pelo deslocamento dos estudantes em ônibus escolares. Mais tarde, os estudos realizados no Tempo Comunidade promoveram debates sobre as contradições inerentes a essa ação intervencionista da administração municipal e que trouxe consequências para os distritos municipais. Os estudantes identificaram e listaram algumas dessas consequências, como: enfraquecimento das relações sociais entre os sujeitos das comunidades locais, perda de identidade coletiva, pouco elemento para a formação política entre os jovens, dentre outros. No entanto, a chegada do curso no município e no entorno conseguiu reverter esse processo. Egressos e egressas do curso já ocuparam funções políticas importantes como Secretária de Educação, a Direção nas três escolas locais e Coordenação de Organizações Sociais locais, entre outros.

Outra turma, com características similares a Turma de Santa Rosa de Lima, foi a implantada em Alfredo Wagner, com estudantes vindos de dois municípios: Alfredo Wagner e Bom Retiro. Composta, em sua maioria, por pequenos agricultores em propriedades familiares, também a ela aderiram professores, servidores públicos e trabalhadores do comércio.

Após o processo seletivo, um impasse foi estabelecido – um movimento dos estudantes lidera a defesa de um curso noturno, inicialmente proposto como diurno e alternância quinzenal. Após encontros e debates, o colegiado do curso aprova a mudança, e agrega à turma um número significativo de estudantes.

A conquista dos estudantes impactou a organização de vida dos docentes. Além da distância percorrida para as aulas, os turnos de deslocamento compreendiam os horários vespertino e noturno, adentrando na madrugada para aqueles que desejassem voltar para casa após as aulas. Além disso, a restrição somente ao turno noturno implicava em um curso diário, com Tempo Comunidade desenvolvido em turno contrário. Por outro lado, a convivência diária e o reconhecimento do esforço despendido pelos professores, aproximou docentes e discentes.

Na mesma forma de organização das duas turmas anteriores (Santa Rosa de Lima e Alfredo Wagner), se encontra também a mais nova turma incorporada

























ao curso -Turma Imarui (2024) - no território compreendido pelos municípios de Imaruí, Laguna, Garopaba, Imbituba e Pescaria Brava. As investigações feitas pela Comissão de escolha dos municípios para compor a nova turma, identificou que o território apresentava características importantes e sujeitos com disponibilidade noturna para o período do Tempo Universidade.

Sem dúvida, sua composição se fez com trabalhadores do comércio e prestação de serviços, funcionários públicos, professores, pescadores e um grupo de estudantes indígenas da aldeia local. Deste modo, com os Tempos Universidade realizados à noite, havia necessidade do desenvolvimento do Tempo Comunidade em turno contrário, procurando compatibilizar com a disponibilidade de horários de cada um dos estudantes.

O território escolhido agrega algumas condições de precariedade e que prescinde da presença de processos educativos da Educação do Campo na região, quais seja: pouca disponibilidade e precariedade nas relações de trabalho; ambiente natural rico, mas impactado pela degradação e poluição de suas aquas; precária estrutura tecnológica para a pesca e para o turismo; orcamento municipal limitado em comparação com os orçamentos de municípios do entorno no mesmo território; poucas instituições educacionais e de fomento dentro do município. Ainda iniciante, o plano de estudo do Tempo Comunidade tem procurado orientar as investigações em torno dessas problemáticas.

Duas das turmas interiorizadas, Rio Negrinho e Mafra (2016), e Canoinhas (2021-2022) foram compostas, na sua maioria, por professores que não possuíam formação específica. A única possibilidade de organização temporal do curso eram os períodos concentrados nas férias escolares (janeiro e julho) e as aulas de final de semana (sextas e sábados a cada 15 dias). Se essa organização favoreceu o comparecimento massivo de professores, em Rio Negrinho e Mafra, também possibilita que trabalhadores do comércio e prestadores de serviço pudessem acessar ao ensino superior. Mesmo com muitas desistências, cerca de 60 dos 110 estudantes iniciais consequiram concluir o curso.

O texto coletivo, produzido para o livro de comemoração dos 10 anos do curso, reflete as relações produzidas, principalmente nos Tempos Comunidade, nos dez municípios que compõem o território dessa turma (Mafra, Itaiópolis, Monte Castelo, Bela Vista do Toldo, Major Vieira, Papanduva, Canoinhas, Rio Negrinho, São Bento do Sul, e Campo Alegre.

> A Educação do Campo transforma as pessoas, dentro dela transformam umas às outras. Ela tem esse poder de nos colocar frente

























a frente com a diferença e enxergar beleza nisso tudo, de nos vermos, e nos percebermos na diversidade, nos reconhecendo na unidade. (...). Ao longo desses anos mostramos que a Educação do Campo produz ciência, que produz conhecimento. Fomos para a rua e marchamos ao lado de muitos e muitas, organizamos e participamos de encontros, apresentamos trabalhos em seminários, colóquios e jornadas. (Carta, 2021, p. 259)

3 TURMAS COM TEMPO UNIVERSIDADE E TEMPO COMUNIDADE NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO EM FLORIANÓPOLIS.

Compõem esse terceiro grupo três turmas implantadas exclusivamente no município de Florianópolis (Griô, Girassol e Arandu Guarapuvu). Essas turmas foram formadas exclusivamente com trabalhadores urbanos, residentes das periferias e favelas, grupos indígenas Xokleng e Guaranis e quilombolas. Poucos estudantes provém de municípios rurais, mesmo estes são jovens estudantes e não convivem com espaços agrícolas ou ribeirinhos.

Como trabalhadores urbanos encontraram o acolhimento nem sempre sentido em outros cursos. No entanto, a pandemia da Covid 19, a perda de trabalho no período, e a pouca identidade com questões do campo levaram ao esvaziamento nas duas primeiras turmas. Os poucos estudantes que ficaram foram sendo inseridos, para estágio, em escolas públicas de dois bairros de Florianópolis. Como não possuem informações sobre essas comunidades e necessitam refazer o processo de Tempo Comunidade, ao mesmo tempo que elaboram o projeto de intervenção comunitária, requisito para o estágio no Ensino Médio. De um lado vivenciaram experiências variadas, de outro carecem de uma identidade coletiva no desenvolvimento de ações comunitárias.

Já a terceira turma, em Florianópolis, embora também apresente dificuldade na construção de uma unidade, e pouca identidade com as questões do campo, possui um grupo de estudantes representantes de quilombos urbanos e de três aldeias indígenas guaranis. Agregam ainda a turma um grupo de indígenas Xokleng, de outro município com que atuam como trabalhadores terceirizados. A alternativa encontrada foi a de formar grupos de TC mesclando quilombolas e estudantes urbanos. Um terceiro grupo passou a realizar o TC no território de uma ONG que atua com projetos sociais em periferias urbanas e favelas.

Esse tipo de perfil de estudantes na composição das turmas no curso de Educação do Campo tem sido cada vez mais frequente e exige reflexões.

























Propiciar a esses sujeitos um espaço de vivência é possível. No entanto, está muito distante do que consideramos ser a construção em alternância, como fruto das relações de estudo, trabalho e vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de um curso de licenciatura em Educação do Campo prescinde de sujeitos com identidade com as questões do campo, das águas e das florestas, ou de sujeitos que optem em agregar-se a projetos/ações que levem em conta os princípios e objetivos da Educação do Campo. Sem dúvida, durante o percurso muitos estudantes aderiram e conseguiram agregar-se à luta.

Em relação aos dois elementos essenciais para consolidação do curso podemos concluir que a criação de turmas itinerantes tornou o curso mais democrático e acessível. Possibilitaram que muitos jovens e adultos, principalmente os residentes em áreas rurais, afastados da capital catarinense, que não teriam condições de deslocar-se para acessar um curso superior pudessem se formar.

Se de um lado a itinerância aproxima a universidade do interior do estado catarinense, agregar a alternância temporal a esse processo possibilita que trabalhadores rurais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas consigam garantir seu acesso e permanência ao curso superior.

Além disso, a formação em alternância permite a criação de vínculos mais profundos dos educandos com suas comunidades e, principalmente, a reflexão sobre a realidade de forma mais crítica e propositiva. A Universidade, e seus docentes, por outro lado, se engrandeceram com cada turma e cada realidade vivenciada. No campo das dificuldades, os custos para deslocamento e alojamento, a disponibilidade dos educadores no deslocamento, e a necessidade de buscar alternativas em alternância – de aproximação da realidade do campo para os estudantes-urbanos foram (e são!) fatores limitantes, mas também desafios a serem superados. Sem dúvida, há uma mudança no perfil dos sujeitos que buscam o curso e faz-se necessário discutir e refletir sobre essas mudanças.

REFERÊNCIAS

ACOLHIDA DA COLONIA. Objetivos. Disponível em: https://acolhida.com.br. Acesso em: jun. 2024.



























BORGES, M.; BRITTO, N. S. Turma Canoinhas da licenciatura em Educação do Campo: espaço e tempo formativo de desafios, encontros, criação e aprendizado coletivo. In: BRITTO, N. S.; GUERRERO, P. (Org.). Campo, ciências da natureza, matemática e agroecologia: fios e sujeitos que teceram uma década da licenciatura em Educação do Campo da UFSC. 1. ed. Tubarão: Copiart, 2021. p. 74-90.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. Edital n. 2, de 23 de abril de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_PROCAMPO.pdf. Acesso em: jun. 2024.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et al. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARTA Turma 7/Mafra: 10 anos da licenciatura emEducação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina. In: BRITTO, N. S.; GUERRERO, P. (Org.). Campo, ciências da natureza, matemática e agroecologia: fios e sujeitos que teceram uma década da licenciatura em Educação do Campo da UFSC. 1. ed. Tubarão: Copiart, 2021. p. 256-260.

GIMONET, J.-C. Método pedagógico ou novo sistema educativo? a experiência das Casas Familiares Rurais. In: UNIÃO NACIONAL DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO BRASIL - UNEFAB. (Org.). *Documentos pedagógicos*. Brasília: UNEFAB, 2004. p. 21-31. Acesso em: jun. 2024.

HANFF, B. B. C. Posfácio. In: BRITTO, N. S.; GUERRERO, P. (Org.). Campo, ciências da natureza, matemática e agroecologia: fios e sujeitos que teceram uma década da licenciatura em Educação do Campo da UFSC. 1. ed. Tubarão: Copiart, 2021. p. 273-304.

MUNARIM, A.; HANFF, B. B. C.; SCHMIDT, W. O ponto de partida. Relato da implementação da EduCampo na UFSC e as duas primeiras turmas "na ilha (o campus da UFSC) dentro da ilha (a capital Florianópolis)". In: BRITTO, N. S.; GUERRERO, P. (Org.). Campo, ciências da natureza, matemática e agroecologia: fios e sujeitos que teceram uma década da licenciatura em Educação do Campo da UFSC. 1. ed. Tubarão: Copiart, 2021. p. 39-58.























NASCIMENTO, C. G. et al. A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás-EFAGO. São Paulo: Unicamp, 2005. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252476. Acesso em: jun. 2024.

SAGAE, E.; PAITER, L. L. Memórias de duas egressas da primeira turma EduCampo/UFSC: origens e percursos diferentes, um mesmo encontro com a Educação do Campo. In: BRITTO, N. S.; GUERRERO, P. (Org.). Campo, ciências da natureza, matemática e agroecologia: fios e sujeitos que teceram uma década da licenciatura em Educação do Campo da UFSC. 1. ed. Tubarão: Copiart, 2021. p. 59-73.

UFSC/EDUCAMPO. Universidade Federal de Santa Catarina – Licenciatura em Educação do Campo. Projeto Pedagógico do Curso: Licenciatura Plena em Educação do Campo: áreas de Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Humanas e Sociais. Florianópolis, 2022. Não publicado.

VISNIÉVSKI, J. G. Estágios docentes interdisciplinares na licenciatura em Educação do Campo relacionados à realidade do campo no planalto norte catarinense. In: BRITTO, N. S.; GUERRERO, P. (Org.). Campo, ciências da natureza, matemática e agroecologia: fios e sujeitos que teceram uma década da licenciatura em Educação do Campo da UFSC. 1. ed. Tubarão: Copiart, 2021. p. 179-192.

WAGNER, D. R.; HALMENSCHLAGER, K. Ciências da natureza e matemática e estágios: experiências no curso de licenciatura em Educação do Campo da UFSC. In: BRITTO, N. S.; GUERRERO, P. (Org.). Campo, ciências da natureza, matemática e agroecologia: fios e sujeitos que teceram uma década da licenciatura em Educação do Campo da UFSC. 1. ed. Tubarão: Copiart, 2021. p. 193-210.

ZAMBERLAN, S. O lugar da família na vida institucional da Escola-Família: as participações e relação de poder. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Nova Lisboa, Anchieta, ES.





















